

DOSSIER

HISTÓRIA, HISTÓRIA
DAS MULHERES,
HISTÓRIA DO GÊNERO

GISELA BOCK

Departamento de História e Civilização, Instituto Universitário
Europeu, Florença — Universidade de Bielefeld

PENÉLOPE. FAZER E DESFAZER HISTÓRIA, N.º 4, NOV. 1989

I — As mulheres na história e na historiografia

EM 1979, a historiadora Anne Firor Scott, que cinco anos mais tarde se tornaria Presidente da Organização dos Historiadores Americanos, declarou: «O lugar da mulher é nos livros de história»¹. É claro que este comentário constituía mais um desafio para o futuro que propriamente a descrição da situação de então; tradicionalmente a história era considerada como o produto da acção dos homens, das provações dos homens, da escrita dos homens. A experiência masculina, tanto na como da história, era equiparada à «história geral», à história «em geral». Esta ideia foi sintetizada, por exemplo, em 1911, por Eduard Fueter, logo no primeiro capítulo do seu conhecido, e ainda indispensável, *Geschichte der neueren Historiographie*. Esta obra situa o início desta moderna historiografia no século XIV: o *Liber de virus illustribus* de Francesco Petrarca e o *De claris mulieribus* de Giovanni Boccaccio, colectânea paralela de biografias de mulheres. Fueter foi, assim, levado a comentar: «É uma ideia estranha partir do princípio que Petrarca só escreveu sobre homens e concluir, então, que a justiça e a galantaria exigiam uma contrapartida feminina». Segundo Fueter, Petrarca apresentou não homens, mas «generais e políticos» e por isso, «o poder militar e político da Roma antiga». Boccaccio, no entanto, ao escrever sobre mulheres, teria «abandonado o território da história em geral»².

Contudo, a questão da história das mulheres tinha sido já levantada anteriormente, sobretudo pela mão de mulheres. Este fenómeno constitui até agora não só um capítulo desconhecido na história das mulheres, como um aspecto marginalizado nos incontáveis trabalhos sobre história da historiografia. A história das mulheres historiadoras foi estudada por Kathryn Kish Sklar, em 1975, para os Estados Unidos; por Natalie Z. Davies, a actual presidente da Associação Americana de História, em 1980, para França, Inglaterra e Estados Unidos; por Joan Thirsk, em 1985, para Inglaterra³. Muitas mulheres tinham já escrito sobre história das mulheres, como Cristina de Pisa, uma contemporânea de Boccaccio, e o seu número não parou de aumentar desde o século XVIII até ao século XX. Ocasionalmente, descreveram a importância das mulheres no passado como «um poder, uma presença», tal como o fez, em 1832, Anna Jameson no seu *Characteristics of Women, Moral, Poetical and Historical*⁴. Até agora, não existe nenhum estudo equivalente para Alemanha, possivelmente como consequência de aí se ter estabelecido a moderna e científica

historiografia no século XIX. Também na Alemanha, na viragem do século, não raro as dissertações femininas de história abordaram a história das mulheres. E a primeira sueca doutorada, uma historiadora, também escreveu sobre mulheres⁵. A historiografia profissional raramente atendeu a estes estudos e às questões que colocaram e as respostas encontradas não só não foram aceites, como, entre as décadas de 30 e 60 deste século, foram simplesmente «esquecidas». Em grande medida, o lugar da mulher na historiografia está ainda hoje no fim dos prefácios: «Mas sem Margaret X., que sofreu de forma bem conhecida por todas as mulheres de académicos, sem a sua abnegação, paciência e constante sentido de humor este livro nunca teria sido escrito»⁶.

A partir da década de 60, o movimento feminista contribuiu para recolocar a questão da história das mulheres. O reconhecimento da sua legitimidade e urgência, da ideia de que não só os homens, mas também as mulheres, têm uma história foi produto de um longo e trabalhoso processo. No ano de 1973-74 uma das universidades parisienses leccionou uma cadeira subordinada ao tema «As mulheres têm uma história?» Simultaneamente, o historiador Carl N. Degler deu uma conferência na Universidade de Oxford intitulada «Haverá uma história das mulheres?» Em momento oportuno, no ano em que, finalmente, Oxford abriu as suas portas, até então reservadas a homens, a mulheres, Degler chegou à conclusão que sim, que as mulheres tinham uma história. Em 1983, foi publicada na Alemanha Ocidental a colectânea de ensaios intitulada *Frauen suchen ihre Geschichte*, e em 1984 surgiu em França uma obra intitulada *Une histoire des femmes est-elle possible?*⁷ Esta pergunta foi, entretanto, respondida, pelo menos a julgar pelo crescente número de publicações sobre o tema: não só existem já bibliografias sobre estudos de mulheres, em geral, e história das mulheres, em particular, como também bibliografias dessas bibliografias⁸. O caminho aberto no espaço de uma década — e não apenas nos Estados Unidos — é ilustrável por duas revistas onde foram publicados alguns dos já mencionados artigos sobre as mulheres historiadoras. O de Kathryn Kish Sklar apareceu em 1975 na recém-fundada *Feminist Studies*; o de Bonnie G. Smith foi publicado na já estabelecida *American Historical Review*. Esta última revista dedicou um número inteiro à história das mulheres, em que as colaboradoras pertencem à nova geração de mulheres historiadoras. Entre as revistas de história não feministas de outros países só os *Quaderni Storici*, em Itália, e o *Schweizerische Zeitschrift für Geschichte* correram o duplo risco de dedicarem números à história das mulheres (em 1980 e 1984, respectivamente), escritos por mulheres historiadoras⁹.

Este longo percurso da história das mulheres não foi, no entanto, unicamente marcado pelo aumento do número de publicações; tem, para além do mais, uma história interna que está longe de estar concluída. Isto é, a história das reflexões sobre o que a história das mulheres é, ou poderia ser, quais as implicações que tem no conjunto da historiografia e qual o tipo de relacionamento que deve ter com uma verdadeira história geral, uma história em que os homens e as mulheres tenham um lugar igual. Algumas destas actuais reflexões serão esboçadas nas secções seguintes. Escusado será dizer que comportam marcas da minha própria investigação histórica.

II — *História e história das mulheres*

Desde o início que o objectivo das mulheres na história não foi o de simplesmente preencher vazios da investigação ou introduzir descobertas nas categorias historiográficas tradicionais. Exigia sim uma nova visão da e na história. Para citar uma agora famosa reformulação de um historiador do Renascimento feita pela falecida Joan Kelly que apareceu no primeiro volume de *Signes: Journal of Women in Culture and Society* há mais de uma década: o problema não era apenas de «recuperar as mulheres para a história», mas, sobretudo, «recuperar a história para as mulheres»¹⁰. Por outras palavras, não era somente as mulheres na história, mas antes a história das mulheres, a experiência das mulheres na e da história, de uma história que, embora não sendo independente da história dos homens, é, apesar de tudo, uma história específica das mulheres enquanto mulheres. As mulheres permaneceram invisíveis fundamentalmente porque elas, as suas experiências, actividades e espaços não foram considerados merecedores da análise histórica. Era, por isso, imperativo que a nova visão invertesse as hierarquias existentes entre o que era historiograficamente relevante ou não relevante. O que as mulheres querem fazer, devem fazer e fizeram está assim a ser examinado e reavaliado. Os conteúdos dos numerosos e polémicos estudos sobre a história das mulheres não podem, portanto, ser reduzidos a um denominador comum¹¹. Podem, no entanto, ser sintetizados num aspecto recentemente apontado por Maité Albistur: «Duvida-se que o enredo da história das mulheres seja menos denso que o dos homens. É, no entanto, possível questionar se o tempo vivido pela componente feminina da humanidade flui ao mesmo ritmo e é apercebido da mesma forma pelos homens»¹². As mulheres têm de facto uma história e ela é diferente da dos homens. Merece ser examinada precisamente porque é «diferente» — quando medida em comparação com a his-

tória dos homens. Mas o facto dessa história ser «diferente» da dos homens não significa que seja menos importante. Nem representa apenas um mero «caso particular» ou «problema específico» da história. Esta abordagem, como «caso particular», é ainda dominante e emerge na significativa utilização de termos como «frauenspezifisch», «specifically female», «la spécifité féminine», «la specificità femminile». O problema situa-se tão só no reconhecimento de que, por um lado a «história geral» até agora foi basicamente uma «especificidade masculina», e por outro lado que a história das mulheres deve ser considerada tão geral como a história dos homens.

O carácter autónomo da história das mulheres, a sua «diferença» da história dos homens foi, por vezes, entendida como tendo todas as mulheres basicamente a mesma história. Esta hipótese não pode ser atribuída a um «curto-circuito» feminista ou a um desejo de fundamentar a solidariedade feminina na história porque também se desenha em trabalhos de historiadores não ou anti-feministas. A historiografia das mulheres demonstra, cada vez mais, que a história das mulheres não é idêntica para todas as mulheres e que nem todas as mulheres têm a mesma história. A consciência da alteridade, da diferença, da desigualdade entre história feminina e masculina foi complementada pela tomada de consciência na historiografia da alteridade, da diferença, da desigualdade entre as próprias mulheres. Este tópico serviu para que uma revista italiana sobre história das mulheres, *Memória*, consagrasse um número ao tema «piccole e grandi diversità» em 1981¹³. Por outras palavras, a presunção de que todas as mulheres compartilham as mesmas percepções, experiências ou situações adultera a realidade histórica. A história das mulheres só pode ser compreendida no plural, nunca no singular.

À medida que a investigação se alargou, algumas das concepções que, inicialmente, estimularam os estudos históricos sobre as mulheres, tornaram-se polémicas. Isto inclui, por exemplo, a ideia de que as mulheres foram eternamente oprimidas pelo homem, a assunção teleológica de que o status das mulheres melhorou continuamente ao longo do tempo ou, pelo contrário, de que as mulheres perderam um paraíso longínquo. A história das mulheres assemelha-se à dos homens sendo tão rica e complexa, não linear, ilógica ou incoerente como ela. A diversidade das experiências e situações femininas que foi trazida a lume — não só em culturas, como em épocas diferentes — foi resultado directo, entre outras razões, do facto da historiografia das mulheres ter abrangido, virtualmente, todos os domínios da história e sociedade: desde áreas onde só as mulheres estão presentes (tal como organizações femininas, cultura feminina, moderno trabalho doméstico), a temas onde as mulheres são maiori-

tárias (como entre as bruxas e quem era objecto da assistência), ou em que as mulheres detêm um número igual ao dos homens (é o caso da família, sexualidade, classes, juventude e velhice, minorias étnicas), são minoria em relação aos homens (como no trabalho fabril, prostituição, historiografia) e estiveram totalmente ausentes (caso do sufrágio universal no século XIX).

Podemos sintetizar dizendo que se as mulheres têm uma história enquanto mulheres esta não é igual para todas as mulheres; mas a sua diversidade existe, porém, no contexto da complexa história do conjunto do sexo feminino. Vejamos um exemplo que tem sido, há já algum tempo, objecto da investigação de muitos historiadores.

No século XVI, emergiram novas formas de assistência, em Itália. Na historiografia tradicional o aspecto predominantemente estudado era o dos mendigos «saudáveis», «estrangeiros» e «falsos» terem sido expulsos das cidades, facto que se relacionava com a mudança de atitudes face à pobreza. A pobreza deixara de ser considerada como uma imitação de Cristo e passou a ser vista como um pecado. Contudo, uma análise mais pormenorizada revela que estes mendigos «saudáveis», «estrangeiros» e «falsos» eram quase exclusivamente homens, enquanto que a maioria dos objectos do novo sistema assistencial eram mulheres. E, estas não era afastadas, mas internadas em recém-fundadas instituições, «conservatori». A transformação das atitudes face à pobreza revelava, nestes casos, uma preocupação diferente daquela que era dirigida aos mendigos masculinos: a pobreza feminina era definida como uma perda, ou uma ameaça de perda da «honra feminina». A «onore femmine» era entendida como integridade sexual e este era um critério social aplicado também às outras mulheres. A experiência feminina de pobreza e assistência no início da época moderna era, portanto, diversa da masculina; a experiência desta minoria feminina estava, todavia, relacionada com a imagem e realidade social do sexo feminino no seu conjunto¹⁴.

A emergência dos novos estudos históricos femininos, as suas perspectivas, resultados e desafios face às visões tradicionais do passado constituem um capítulo da história da historiografia que evidencia simultaneamente novas e já conhecidas características. No que respeita às já conhecidas, impõe-se a necessidade de lhes emprestar um novo olhar em função da situação e percepções do historiador. Tal como Johann Martin Chladenius escreveu em meados do século XVIII, num tempo de aceso debate sobre a relatividade dos juízos históricos, os resultados da análise de um acontecimento, de uma «revolta», por exemplo, serão substancialmente diferentes quando vistos sob o olhar de um «leal súbdito», de um «revoltoso», de um «estrangeiro», de um «burguês» ou de um «camponês». Porque «o

que ocorre no mundo é visto de diferentes maneiras, por pessoas diversas», dependendo do «estado do seu corpo, da sua alma e de toda a sua pessoa». Assim, há vários «pontos de vista sobre a mesma coisa», e «deste conceito de pontos de vista, decorre que as pessoas que vêem as coisas sob diferentes pontos de vista, têm necessariamente concepções diferentes desse mesmo fenómeno»¹⁵. Mais de duzentos anos mais tarde, depois e entre várias crises no meio académico da história, o historiador John G. A. Pocock levou estas ideias mais longe. No seu estudo *The Origins of Study of the Past* ele defendeu que a «historiografia é uma forma de pensar provocada pela tomada de consciência das estruturas e processos da sociedade» e que, portanto, «qualquer sociedade pode ter tantos passados como elementos de continuidade, e diferentes indivíduos podem ter consciência de diferentes passados, variando consoante a sua associação com actividades e estruturas diversas ou outros elementos de continuidade». Há diferentes «relações com o passado» e «uma sociedade pode, por conseguinte, ter tantos passados e modelos de dependência desse passado quantas relações com o passado... A consciência que a sociedade tem do seu passado é plural e não singular». É decisivo para a emergência de novas historiografias que um tópico, que questiona ou até destrói a relação convencional entre passado e presente, surja ou seja tomado em consideração, justificando perguntas como «como é que o passado se tornou presente?» ou «porque é que o presente sucede ao passado?»¹⁶.

Sob esta óptica a emergência da nova história das mulheres assemelha-se a outras e mais antigas revoluções historiográficas. Pocock demonstra quanto as duas diferem quando, finalmente, afirma que, apesar do relativismo historiográfico, a revolução historicista do século XIX, com o aparecimento da erudição histórica científica, criou a possibilidade de «tentar a abordagem histórica em todos os domínios da vida humana e da experiência humana no seu todo». Na historiografia tradicional, essa tentativa permaneceu limitada a metade da experiência humana até há bem pouco tempo. Cumprir o objectivo enunciado foi tarefa que coube à historiografia feminina. Envolvia bastante mais do que adicionar «a melhor metade do homem» à erudição existente; significava uma possibilidade mais ambiciosa que Pocock sugeriu: «Não há nenhuma razão *a priori* para que estes diferentes conhecimentos evoluam simultaneamente para um único conhecimento», porque muitas vezes «divergem de forma tão radical que a sua integração seria intelectualmente muito difícil, mesmo se socialmente possível e desejável». A secção seguinte evidencia como — para além da descoberta da história das mulheres e das diferenças em relação à dos homens — foram feitas tentativas

para relacionar os «diferentes passados» e «diferentes relações com o passado» das mulheres com o dos homens (e também os das mulheres com outras mulheres e dos homens com outros homens) e formular a relação entre história das mulheres e a «história geral».

III — História das mulheres e história dos géneros

A observação de que as mulheres constituem metade do género humano e, nalguns países e épocas, mais do que essa metade foi um ponto de partida para muitas reflexões sobre essa matéria. Não é por acaso, nem por coincidência que um importante livro sobre história das mulheres *The Majority Finds its Past* de Gerda Lerner comporta essa referência¹⁷. Do ponto de vista metodológico, implica o seguinte princípio: é tão discutível separar a história das mulheres da história geral como separar a história dos homens — e ainda mais a verdadeira história geral — da história das mulheres. O que significa que a história das mulheres diz respeito não apenas a metade da humanidade, mas a toda. O mais importante passo neste esforço de ligar a história de uma metade à da outra metade, e ambas à história em geral, foi conceptualizar a mulher como grupo social, ou seja, como um sexo, o que como resultado tornou os homens observáveis como seres sexuados. Desde meados de 1970 o género (*Geschlecht, gender, genre, genere, geschlecht*) foi introduzido como uma categoria fundamental das realidades, percepções e estudos sociais, culturais e históricos. Implica, então, que a história em geral deve também ser vista como a história dos sexos: como história dos géneros. Géneros, ou sexos, não eram, até há pouco, tomados como parte integrante do vocabulário histórico. Por exemplo, no trabalho fundamental *Geschichtliche Grundbegriffe*, publicado antes da década de 70, a palavra «Geschlechte» não aparecia ao lado de termos como «trabalho», «raça» ou «revolução». Também não aparece «mulher», ou, sozinha, a palavra «homem». Apesar de milhares de anos de especulação filosófica entre os sexos, «Geschlecht» também não aparece na *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, publicado em 1974, e na entrada «sexualidade» só encontramos célula, plasma, genes e hormonas¹⁸. A história das mulheres e dos géneros rejeitam qualquer dessas abordagens: a omissão do género e a sua redução a um objecto pertencente a uma ciência «natural». Os conceitos, os pressupostos e as consequências da investigação histórica, no que respeita ao género, têm que ser criados, inventados e investigados de novo. De seguida, irei focar certos aspectos da discussão em torno de «género»: algumas das razões que conduziram à noção de género

como uma categoria social, cultural e histórica e o significado do termo «categoria» nesse mesmo contexto; depois, a noção de género como uma realidade social, cultural e histórica que diz respeito aos historiadores — tanto femininos como masculinos — e não só.

1. O género como categoria social, cultural e histórica

Nas últimas décadas, a necessidade de estudar o género já se tornou óbvia para muita gente. E, ao mesmo tempo, o género, ou os sexos, deixaram de ser apreendidos como algo evidente: assunto óbvio, um dado *a priori* ou um facto natural. Aprendemos a reconhecer que, por um lado, todas as sociedades conhecidas têm espaços, comportamentos e actividades de género pré-determinados. Por outro lado, se a diferenciação baseada no género existe sempre, as suas manifestações concretas divergem de sociedade para sociedade: não são universais. As variações no interior do *status* do sexo feminino são tão multiformes como as do sexo masculino. O significado de ser mulher ou homem é muitíssimo variável no tempo e no espaço e esta variabilidade aplica-se não só aos respectivos conteúdos, mas também às fronteiras entre o feminino e o masculino e à própria rigidez com que são encaradas. Aprendemos, ainda, a separar a questão da diferenciação assente no género do da hierarquização baseada no género, i.e. as relações de poder entre homens e mulheres. Diferenciação e hierarquia nem estão sempre e necessariamente relacionadas, nem são idênticas. O que significa, por exemplo, que a divisão sexual do trabalho não implica forçosamente uma divisão sexual das recompensas sociais e do poder e que as hierarquias não têm sempre as mesmas formas, conteúdos e significados. Mais ainda, sabemos também que a percepção dos académicos masculinos e femininos, oriundos, na maior parte dos casos, da Europa Ocidental ou da América do Norte, é muitas vezes profundamente condicionada pelas relações de género da sua própria cultura, pelo difundido etno ou eurocentrismo ou por distintas concepções sobre o *status* e a emancipação da mulher. A percepção comum dos sexos e os termos utilizados para os descrever são, em grande medida, produto da história da cultura, da ciência e das relações de género, a partir do século XVIII¹⁹. Assim, os sexos e as suas relações são, e devem ser, apreendidos como entidades sociais, políticas e culturais. Não deveriam, e não podem, ser reduzidos a factores externos à história, e, muito menos, a causas ou origens únicas e simples, uniformes, primeiras ou inatas.

Neste contexto, quando falamos do género sexual como «categoria», referimo-nos a uma construção intelectual e conceptual, a uma forma de perceber e estudar as pessoas, a um instrumento analítico que nos ajuda a descobrir áreas negligenciadas da história. É uma forma conceptual de análise social e cultural. A categoria género sexual questiona aquilo que poderíamos chamar a cegueira sexual da historiografia tradicional. Natalie Z. Davis equacionou o seu desafio nos seguintes termos: «Dever-se-ia tornar uma segunda natureza para o(a) historiador(a), qualquer que seja a sua especialidade, considerar as consequências do género sexual tão significativas, p. ex., como as decorrentes da existência de classes sociais»²⁰. Tal como foi realçado, por exemplo, numa conferência sobre a história das mulheres realizada em Itália em 1982, e por Jane Flax (uma filósofa da Howard University) em 1984, na conferência de *Berlim da Deutsche Gesellschaft für Nordamerikastudien* *, importa sublinhar que: a categoria género sexual é, e deve ser concebida como, «específica e dependente do contexto»²¹. Isto quer dizer que não se trata de postular um princípio universal, tal como praticado, por exemplo, pelo marxismo, quando procura reduzir todos os fenómenos sociais às relações entre os meios de produção e o modo de produção ou entre o trabalho assalariado e o capital ou entre classes. Apesar da categoria género sexual oferecer, virtualmente, possibilidades fundamentais para um mais profundo conhecimento, de todos os fenómenos históricos, não deverá ser usada como um modelo estático e universal, um «mito das origens» para a explicação do panorama dos acontecimentos históricos. O seu poder não é um poder de eliminação — pela redução da história ao modelo — mas de iluminação, p.ex., como meio para explorar a variedade e a variabilidade da história. O género sexual é uma categoria, não no sentido de um estatuto universal, mas, de acordo com as origens gregas da palavra, no sentido de «objecção pública», de acusação pública, de debate, protesto, processo e julgamento²².

Esta «objecção pública» dirige-se acima de tudo aos pressupostos da abordagem «biológica» das relações entre sexos, que constitui um modelo estático e reducionista, e obstáculo maior ao conhecimento. Para se poder tomar a sério a categoria socio-cultural género sexual, é preciso acabar de vez com as categorias socio-culturais implícitas na abordagem «biológica» e abandonar as noções que lhe estão associadas. Em primeiro lugar, temos de nos recusar a rotular o sexo ou o género sexual como um facto «biológico» e a encarar, portanto, o corpo da mulher, a sexualidade ou os órgãos envolvidos, a gravidez, o nascimento e a maternidade, como factos «biológicos»²³. O livro *Naissances* de Mireille Laget é um exemplo de como se pode

abordar um tema eminentemente associado ao corpo da mulher sem recorrer à «biologia»²⁴. Todavia, se usarmos a «biologia» neste contexto, esta não se reporta — ao contrário do que se poderia pensar — a algo não social, pré-social, e ainda menos um objecto das ciências naturais. De facto, a própria «biologia» é uma autêntica categoria socio-cultural, com efectivas conotações socio-culturais, que tem marcado a abordagem e as relações entre os sexos nas últimas gerações. A palavra «biologia» surgiu por volta de 1900. Antes não havia nenhuma «biologia». As palavras anteriormente associadas ao sexo feminino («Deus», «o eterno feminino», «natureza» ou «essência») pertenciam a uma diversa constelação histórica e só são comparáveis à moderna abordagem «biológica» do género sexual de forma limitada, se é que o são²⁵. A sua natureza socio-cultural é visível no facto de implicar um autêntico preconceito sexual: é regularmente utilizada para falar do sexo feminino, mas não do sexo masculino. Muito antes da perspectiva «biológica» existir, Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, apresentou um ponto de vista similar, mas baseado exclusivamente em termos culturais: «Le mâle n'est mâle qu'en certains instants, la femelle toute sa vie» (acrescentando cautelosamente uma ligeira mas sintomática reserva: «...ou du moins toute sa jeunesse».)

A abordagem «biológica» pressupõe, além do mais, a invocação de uma categoria com um conteúdo específico, pois é um conceito que se reporta ao valor humano. Mais especificamente, constitui uma metáfora para a sua ausência, para a «inferioridade», *Minderwertigkeit*. É por isso que tem sido usada para aquelas áreas e actividades da vida das mulheres às quais tem sido atribuído menos valor do que às actividades masculinas — tais como a gravidez, a educação das crianças e o trabalho doméstico, que não são tidas por trabalho, apesar da palavra *Gebeararbeit* ser usada correntemente na ginecologia tradicional alemã, e em inglês, francês e italiano dar à luz seja descrito como trabalho (*labour, travail, travaglio*). Estes usos da abordagem «biológica», baseiam-se «na noção genérica de que as diferenças entre as pessoas justificam a desigualdade social. As diferenças biológicas (pressupõe-se que intrinsecamente determinadas) são frequentemente encaradas como um pressuposto para a desigualdade social, um pressuposto que parece mais aceitável do que as variações do ambiente, e por isso parece mais susceptível de reclamar tratamento especial. «A constituição física da mulher é, evidentemente, «desigual» e «diferente», quando comparada com a do homem. Mas, será esse um motivo para que as mulheres paguem por isso, para que sejam consideradas «inferiores»? Obviamente, não apenas é «mais básico», mas também «mais caro» lidar com a alte-

ridade física da forma humana, isto é, de forma favorável à mulher. Os problemas implícitos na abordagem «biológica» acabam por se revelar os das relações económicas, sociais e culturais entre sexos, pois «a forma peculiar através da qual as mulheres recebem remuneração económica pela sua contribuição para a vida social (por cuidarem das crianças, por trabalharem para a casa e para a comunidade), ou seja, indirectamente, através dos salários dos maridos, não é nem moral nem praticamente imposta pelo facto (se é que se trata de um facto...) das mulheres serem biologicamente melhores progenitores do que os homens»²⁷. Além disto, é fácil constatar que a abordagem «biológica» assenta num preconceito, pois o pensamento partindo de pressupostos «biológicos» não se aplicava inicialmente às mulheres, mas sim a outros fenómenos sociais que acabaram por ser excluídos do «social»: por exemplo, os problemas sociais dos «loucos» e dos «atrasados mentais», dos doentes, da vida e da morte, do corpo e da sua realidade física, dos grupos étnicos ou raças. A dimensão racista da abordagem biológica explica-nos muita coisa acerca da sua versão sexista, pois desenvolveram-se ambas simultaneamente e sobreposaram-se.

É óbvio que os negros não são fisicamente rigorosamente «iguais» aos brancos, pois são diferentes numa coisa. É óbvio que as mulheres não são exactamente iguais aos homens, pois são «diferentes» em quatro ou cinco coisas. Mas estas «diferenças» físicas parciais não constituem nem a causa nem a explicação para as relações entre os brancos e as «outras» raças ou entre um e «outro» sexo: «a biologia, em si mesma, é totalmente muda»²⁸. O sexismo e o racismo não decorrem de diferenças biológicas. Ao invés, algumas diferenças fisiológicas são usadas para legitimar relações sociais pré-existentes, e, em particular, relações de poder. O seu significado fundamental é socio-cultural, e a «biologia» das «diferenças» raciais e sexuais é, em si mesmo, uma construção cultural. Os modernos racismo e sexismo têm uma estrutura similar, simbolizada nos pressupostos sociais e culturais da abordagem «biológica». Todos decorrem da classificação do «outro» grupo como «inferior» e da recusa em lhe conceder, não apenas o direito a ser «igual», mas também — o que é certamente muito mais importante — o direito a ser «diferente», sem ser castigado por isso. Por outras palavras: trata-se de discriminar aqueles que suposta ou efectivamente vivem, têm de viver, ou querem viver de forma «diferente» — no respeitante ao corpo, ao espírito, às emoções, isto é, à cultura — da praticada pelo grupo que impõe as normas e os valores culturais²⁹.

Uma das mais recentes tentativas de historiadores e biólogos para procurarem e, evidentemente, encontrarem a determinação «bioló-

gica» na história surgiu na conferência bienal da Associação de Historiadores Alemães, realizada em Berlim em 1984, que incidiu sobre a «antropologia». Organizada por homens, realizou-se simultaneamente com o primeiro encontro de historiadoras da história das mulheres que, evidentemente, nada tinha que ver com «biologia». A enumeração masculina dos temas da perspectiva «biológica» na abordagem das relações entre sexos incluía: a apreensão histórica do espaço e do tempo, «reações negativas a pessoas de 'outro tipo'», o «dualismo sexual» da sociedade, o movimento pacifista das mulheres nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, emoções e racionalidade, a dimensão subjectiva da história, a história da vida quotidiana, «a linguagem do corpo», e, finalmente, as relações homossexuais entre mulheres — um tema que não tinha sido admitido pela academia da história senão numa perspectiva «biológica», apesar de representar uma ampla área de pesquisa dentro do leque temático da história das mulheres³⁰. Nos estudos sobre as mulheres feitos por feministas, o corpo da mulher também é muitas vezes encarado na óptica «biológica». Isto verifica-se, por exemplo, na dicotomia — muito frequente, em especial nos E.U.A., desde meados dos anos setenta, mas apesar disso questionável — entre «sexo» (biologicamente determinado) e «género sexual» (socialmente determinado), ou na hipótese da «transformação do sexo biológico «natural» em género sexual». Esta tendência também está patente na ideia de acabar com a dimensão biológica do feminino através da bio-tecnologia — especialmente sob a forma de bebés proveta — com o objectivo de alcançar a «igualdade» entre os sexos³¹. Uma historiadora francesa garantiu que o maior «obstáculo» para a libertação das mulheres são as suas «fatalidades biológicas», nas quais supostamente assenta o domínio masculino, e que as mulheres se devem emancipar da sua dimensão «biológica»³². No entanto, esses valores e noções são problemáticos, não apenas porque as dimensões «biológicas» do feminino poderão em breve ser facilmente anuladas através da moderna tecnologia — e poder-se-ia invocar o comentário de 1972 feito por Hannah Arendt a propósito de uma tal «emancipação» ou «igualdade»: «a verdadeira questão a perguntar, o que é que perdemos se ganharmos?»³³. Mais importante ainda para o pensamento histórico, que procura compreender o passado, é o problema de que essas noções e valores, quando projectados no passado, são anacrónicos e incapazes de fazerem justiça às presentes experiências das mulheres na e sobre a história. Por exemplo, as 200.000 mulheres esterilizadas na Alemanha Nacional-Socialista encararam, de alguma maneira, essa amputação da sua «fatalidade biológica» como uma libertação. O seu caso, bem como os de muitas outras vítimas do Nacional Socialismo, permitem

vislumbrar mais um aspecto do racismo e sexismo «biologista»: reporta-se, não tanto — ao contrário do que muitas vezes se pensa — a uma dimensão constante (herdada, imutável e a histórica) dos fenómenos culturais, mas antes a uma perspectiva de mudança social *através* de medidas «biológicas». Finalmente, o facto de cerca de 5.000 mulheres terem morrido em resultado da esterilização forçada (a operação é anatomicamente mais profunda na mulher do que no homem), nada tem a ver, uma vez mais, com a «biologia» feminina. Pelo contrário, foi o resultado das relações de poder entre os agentes maioritariamente masculinos do racismo Nazi e as suas vítimas, metade das quais eram mulheres. São precisamente aqueles estudos históricos que muitas vezes são considerados como centrados nas dimensões «biológicas» das mulheres (é o caso da história das mães, da gravidez, das parteiras, das amas, das prostitutas), que têm vindo a demonstrar que o corpo feminino (tal como o masculino) é moldado pela história³⁴. Não se trata do domínio da «biologia», mas da história das mulheres e do género sexual.

2. *O género como realidade social, cultural e histórica*

«Género» ou «os sexos» não significam nem um objecto, nem vários objectos. Reportam-se, sim, a uma complexa rede de relações e processos. É necessário «pensar em relações» para que se possa entender o género quer como categoria analítica, quer como realidade cultural, não só no passado, como no presente. Tópico que foi, por exemplo, brilhantemente desenvolvido, por Jane Flax, a nível filosófico e epistemológico³⁵. As considerações seguintes não irão, todavia, debruçar-se sobre essa dimensão filosófica, mas sim focar alguns aspectos que demonstram como essa visão do género é útil e eficaz na escrita da história.

A. *O género como relação ou a história do género como história das mulheres.*

Aprender o género como uma relação sociocultural complexa implica que as investigações sobre a mulher em história não se limitem a uma simples busca de um objecto antes negligenciado. Pelo contrário, a questão fulcral centra-se na existência de relações entre seres humanos e/ou grupos humanos, até então negligenciadas. Utilizando as palavras de uma já falecida antropóloga, Michelle Zimbalist Rosaldo, «As mulheres devem ser compreendidas ... em relação

— com as outras mulheres ou os homens — e (não) pela diferença ou marginalidade.»³⁵ Rosaldo aponta aqui para uma importante, e tantas vezes esquecida, dimensão que ultrapassa a já óbvia insistência de que a história das mulheres deve estar integrada na história geral através da análise das relações entre homens e mulheres. Não só se devem estudar as relações *entre* sexos, como também as relações *no interior* dos sexos. As várias relações entre homens foram, até hoje, o principal objecto da historiografia — sobretudo as que emergiram no domínio do político, militar ou económico — não excluindo, no entanto, as entre familiares e amigos. É importante estudar não só as relações entre homens e mulheres, como também entre as mulheres, ou seja, entre donas de casa e empregadas domésticas, mães e filhas, mães e amas de leite e parteiras, entre assistentes sociais e mulheres pobres, entre missionárias e mulheres dos povos colonizados, entre os grupos das mulheres trabalhadoras e políticas, as formas e conteúdos do pensamento, arte e cultura femininos, amizade feminina e relações amorosas³⁶. Insistir na importância destas temáticas tornou-se crucial, porque na década de 1980, o conceito *género/gender* correu o risco virtual de entrar na moda. Moda que procurou amenizar o desafio da emergência destas novas perspectivas e conceptualizações na história das mulheres, e tornar a história do género, com visível alívio de muitos, num meio para ultrapassar a história das mulheres que produziu um discurso sobre o género, neutro do ponto de vista do género. Mas, se nos «esquecermos» que a descoberta das relações sociais, culturais e históricas entre e no interior dos sexos foi produto dos estudos das mulheres sobre as mulheres e os homens, teremos falhado a nossa meta: uma aproximação à «história geral», não neutra no que ao género respeita, mas sexualmente consciente. A história das mulheres é uma história do género *por excelência*.

O carácter pouco óbvio da assimilação da história dos géneros — sobretudo no que respeita às mulheres — à história das relações no interior dos sexos, foi demonstrado, em 1985, pelo eminente historiador britânico, Lawrence Stone. Autor de textos especializados como, entre outros, *Family, Sex and Marriage*, onde tratou de temas em que as relações de géneros são da máxima importância e onde as mulheres constituem metade do grupo analisado³⁷. Numa recensão intitulada «Only women» na *The New York Review of Books*, posicionou-se como o deus dos historiadores dando os «dez mandamentos» da historiografia das mulheres em que, surpreendentemente num historiador, considera aplicáveis «para qualquer tempo e espaço». No primeiro «não escrever sobre as mulheres, senão em relação com os homens e as crianças», Stone reconhece, indubitavelmente, as novas

aproximações a respeito da história dos géneros e das mulheres. Não teve, no entanto, em linha de conta o facto de que as mulheres não são só condicionadas pelos homens e de que as relações entre mulheres são tão importantes como as entre homens e mulheres; e, ainda, que as crianças não são sexualmente neutras e que a história dos homens deveria ser entendida a partir da relação destes com as mulheres.

B. *A história do género enquanto história masculina*

Estudar as relações dos homens com as mulheres, significa considerar em termos sexuados e, portanto, de «especificidade masculina» o que antes era objecto da «história geral»: a história dos homens enquanto homens. Os problemas relativos ao género centraram-se fundamentalmente no sexo feminino, na «questão feminina». Os homens aparentemente existiam para além das questões de género, na medida em que as dominavam. Enquanto que o imperativo de que a história das mulheres está sempre relacionada com a dos homens se tornou um lugar comum, o inverso raramente se verificou até hoje. A história militar e a guerra constituem um bom exemplo disso. Referem-se exclusivamente aos homens — e por razões óbvias, já que a guerra no mundo ocidental (pelo menos na Europa) tem sido uma forma de confronto directo entre grupos de homens. No entanto, os problemas especificamente masculinos, tal como a sua relação com a história da masculinidade, foram raramente abordados³⁸. Mais, as guerras tiveram um enorme significado para as mulheres e para as relações entre e no interior dos sexos: basta pensar que os símbolos e linguagem tanto das guerras de libertação como das guerras civis, quer sejam defensivas quer agressivas, se baseiam no género e têm profundas conotações sexuais; ou ainda nos movimentos pacifistas femininos antes, durante e após a 1.ª Guerra Mundial ou nos tipos de prostituição que surgiram nas 1.ª e 2.ª Guerras³⁹.

Os últimos anos assistiram a um incremento dos «estudos dos homens, realizados, sobretudo, por homens. Tratavam das relações entre homens e mulheres e entre homens. Alguns autores analisaram a relação entre a guerra e a construção social da masculinidade, sublinhando o facto desta última não poder ser entendida como um dado «biológico». O que os estudos das mulheres demonstraram está agora a ser confirmado pelos estudos dos homens: as normas e realidades do género não são sempre idênticas e estão sujeitas à mudança histórica. Segundo um historiador francês, a masculinidade significava não só poder, mas também dor e sofrimento para o homem do

século XIX. A paternidade tornou-se um foco de interesse para os historiadores. Alguns destes estudos — os produzidos por homens — inspiraram-se nas actuais exigências de participação masculina nas experiências e trabalho feminino («Pais grávidos: de como os pais podem usufruir e partilhar as experiências da gravidez e do parto») ou nas reivindicações dos «direitos dos homens», uma experiência que não corresponde apenas às reivindicações femininas, mas — como seria de esperar — que as contradiz⁴⁰.

Um tema que é ainda considerado como «história das mulheres», as visões de famosos — homens — filósofos e outros pensadores sobre as mulheres, os sexos, a sexualidade e a família, deve, de facto, ser visto como história dos homens⁴¹. É a história dos homens e não das mulheres por uma razão que tem sido debatida em vários contextos, i.e. o facto de estas obras apresentarem fundamentalmente visões masculinas da mulher, de a sua imagem dos sexos não ser descritiva, mas normativa e prescritiva, e de as normas para as mulheres serem, no geral, não apenas diferentes das normas para os homens, mas também da realidade das vidas femininas. O estudo do pensamento masculino sobre o género tornou-se muito diversificado e iluminou muitas e inesperadas complexidades e contradições quer entre diferentes filósofos quer no pensamento masculino individualmente considerado⁴¹. Estes estudos também permitiram a percepção de um problema específico de método histórico que foi recentemente assinalado por Arlette Farge: o carácter problemático de uma historiografia que se limita à apresentação e repetição das tendências misóginas ditas e escritas pelos homens através dos séculos; o facto de esta passar por vezes da indignação e da denúncia a uma forma de fascínio, arriscando-se ao anacronismo ao mesmo tempo que negligencia a análise destes textos na perspectiva do seu contexto e significado (social político, cultural) históricos, do seu lugar no quadro da obra completa de um autor e do julgamento das mulheres suas contemporâneas⁴². Quando estudos de história intelectual abordam os raros ou menos conhecidos filósofos femininos ou o pensamento e a opinião de outras mulheres — sobre o género ou outro tipo de relações —, evidenciam, por vezes, importantes diferenças se os compararmos com o pensamento masculino, como no caso do conceito de «natalidade» de Hannah Arendt e da sua noção de pluralidade humana que ela viu simbolizada na pluralidade dos sexos, ou no caso da tese de Carol Gilligan de que as mulheres tem um «voz diferente» no que diz respeito aos juízos morais. «Diferente», mas não menos importante. A história intelectual, que também mostra a história dos homens enquanto homens, torna-se visível somente quando vista em

relação com história das mulheres e, portanto, na perspectiva da história dos géneros.

C. *História dos géneros e história social*

Se considerarmos a história das mulheres e dos géneros como uma história das relações sociais, precisamos de pensar as suas relações com a história social. Dado que o género é uma categoria social e que os sexos são entidades sociais, a história das mulheres e dos géneros é também história social. Mas esta definição difere claramente do que emergiu desde os anos 60 como a «nova história social». Na Alemanha, esta última era ainda definida como a história do «homem comum», até 1977. Esta visão foi claramente ultrapassada⁴⁴. Mas um problema talvez mais importante permaneceu: o clássico objecto da nova história social são as classes; consequentemente o «social» é essencialmente definido em termos de estrutura de classes, e a história em geral é definida como a história da sociedade essencialmente determinada pela estrutura de classes. Na perspectiva das mulheres, a tradicional história social opera no entanto, com uma visão muito estreita do «social». A equação frequente da noção «social» com a de «sociedade de classes» levou à ideia de que as outras relações sociais — por exemplo aquelas entre raças e entre sexos — são qualquer coisa de não social, pré-social, ou são mesmo «biologia».

Durante os últimos anos, os historiadores têm debatido as relações entre classes e géneros. Foi assinalado frequentemente que as classes eram mais «importantes» que os géneros: «talvez existam algumas semelhanças socialmente relevantes entre as mulheres, enquanto mulheres, numa determinada época. Mas, pela consciência de si e pela *praxis* de vida, pela experiência e pelos interesses da maioria das mulheres (não obstante experiências comuns de socialização e de exclusão), foram e são muito mais importantes aquelas manifestações concretas e altamente variáveis atribuídas à condição de classe. Não terá a mulher nobre, jovem e culta, na capital do reino bismarckiano de formação recente, se calhar, muito mais em comum com o seu irmão da mesma idade, do que com a velha viúva polaca, trabalhadora de origens humildes e analfabeta, que se poderia encontrar então na Saxónia?»⁴⁵.

É verdade que esta imagem mostra plasticamente as diferenças profundas e reais entre mulheres, mas utiliza parâmetros que não são de facto diferenças de classe. A mulher nobre é jovem; a mulher trabalhadora é velha; a aristocrata é educada, a trabalhadora não

sabe ler nem escrever; uma é solteira, outra viúva; uma é alemã, a outra polaca; a aristocrata vive na cidade, a trabalhadora numa zona rural. Mas, idade, estado civil, estatuto étnico-nacional, vida rural ou urbana não são critérios de classe, nem em finais do século XIX a alfabetização o era. Se a imagem tenta demonstrar que as mulheres da classe operária estavam numa situação pior do que as aristocráticas, podemos (e devemos) virá-la comparando-a, por exemplo, com a de uma dona de casa urbana alemã, jovem e exuberante, felizmente casada com um operário alemão garantido pelo menos com alguma segurança social, com uma pobre viúva da decadente aristocracia rural polaca. Ora se esta imagem não nos diz nada sobre a relação entre classes e géneros, diz, no entanto, sobre um outro aspecto importante: as diferenças no interior de um sexo são tão profundas como as diferenças no interior de uma classe. Nem classes, nem géneros são grupos homogêneos, nem existem necessariamente no seu interior laços de solidariedade.

O género é um dos factores do carácter não homogêneo das classes, e as classes um dos factores da não homogeneidade dos sexos. A história das mulheres aborda também as classes e temos já muitos estudos sobre operárias, mulheres de operários, da classe média e aristocratas. Mas, emergiram dois problemas metodológicos fundamentais destes estudos classistas: a questão da mensurabilidade das classes, por um lado, e a da experiência de classe que difere com o sexo.

Analisando o primeiro problema constata-se que a posição de classe dos homens e das mulheres é medida com diferentes critérios (e.g., rendimento ou pobreza que revelariam claras discrepâncias entre homens e mulheres de todas as classes). Para os homens, o critério de classe é o da sua relação com o capital, a produção, o mercado ou o emprego. Para as mulheres, porém, utiliza-se o da sua relação com o homem da sua família, marido ou pai, na maior parte dos casos (e só muito raramente o seu emprego)⁴⁶. Por outras palavras, para as mulheres, em contraste com os homens, a base de classificação deriva e está relacionada com a história da família. Dada a inadequação metodológica deste «duplo critério», os estudiosos começaram já a classificar o estatuto das mulheres, não pelo dos «seus» homens, mas de acordo com as suas próprias vidas. Significa, por exemplo, que o estatuto das mulheres é medido de acordo com o seu trabalho, como acontece para os homens. No entanto, o trabalho não está organizado (e pago) apenas segundo critérios de classe, mas também segundo o género. Precisamente no período em que a «classe» emerge como categoria social, o século XIX, o trabalho doméstico não pago — o trabalho das mulheres para os seus mari-

dos, filhos e outros membros da família — tornou-se componente central da vasta maioria das mulheres de todas as classes. Os numerosos estudos que abordam este tema demonstram que o trabalho doméstico, embora com importantes diferenças consoante as classes, não pode ser reduzido a conceitos de classe, tal como muitas outras temáticas ligadas ao género⁴⁷.

Quanto à segunda questão, pode-se afirmar que as mulheres experimentam as classes de forma diversa dos homens. Problema que se revela evidente, não apenas no que respeita ao trabalho doméstico, mas também, e por exemplo, no caso das mulheres de negociantes ingleses, no século XIX, ou de burgueses em França, nos séculos XIX e XX. As suas experiências de classe estavam tão condicionadas pelo sexo, como as dos homens da sua classe. O mesmo se poderia, de resto, dizer para as mulheres trabalhadoras da Alemanha Imperial: comparadas com os homens da sua classe, elas representam uma parcela desproporcionada na assistência e a história da segurança social bismarckiana é muito diferente entre os homens e as mulheres⁴⁸. Para as aristocratas, Clarissa Graves-Perceval, descendente de uma das mais antigas famílias nobres inglesas, pode servir de exemplo. Quando o eminente historiador burguês Leopold Ranke casou com ela, em 1845, tomou posse da sua propriedade no valor de 2,3000 libras (o equivalente aproximado a 125,000 libras actuais). Ranke ficou, portanto, na história não só como um dos mais reputados historiadores, mas também como um dos mais ricos⁴⁹. Duas décadas após o casamento, Ranke foi nobilitado e este processo relativo a classes, está também relacionado com género. Se Leopold tivesse sido uma mulher e Clarissa um homem, Leopold seria menos rico, mas teria sido nobilitado pelo casamento. Enquanto o homem conferia nobreza à sua mulher burguesa, o inverso era impossível. As mulheres aristocratas eram, por assim dizer, menos nobres que os homens como se depreende do caso do citado irmão da aristocrata de Berlim.

Resumindo: podemos afirmar que a situação de todos os membros de um género é tão pouco idêntica como as dos elementos de determinada classe. Todavia, o género, tal como a classe, é uma importante categoria «específica e dependente do contexto» e uma realidade das relações sociais entre e no seio dos grupos sociais.

Ao nível metodológico, a história das mulheres e do género ultrapassa a história «social». A primeira pode utilizar todos os meios à disposição da história, incluindo a história biográfica, cultural, económica e política, a história da vida quotidiana, das mentalidades e ideias, assim como as modas da história social evidentes na história da família, estudos de mobilidade social, demografia histórica e história oral — com a condição de serem utilizadas não só na perspec-

tiva de classe, mas também do género. De facto, a originalidade da história das mulheres e do género não reside tanto nos métodos utilizados, mas antes nas perspectivas e questões que formula. É, portanto, necessário encontrar novas fontes e reinterpretar as de origem familiar podendo-se, então, corroborar as historiadoras italianas na classificação de fontes «quentes» e «frias» para estas temáticas. Como em toda a historiografia, o problema central coloca-se ao nível da crítica das fontes. Neste preciso ponto, a história das mulheres produziu novos problemas metodológicos de que se destaca aquele «de que o conhecimento existente sobre o passado das mulheres foi-nos transmitido, sobretudo, por via masculina... e moldado por um sistema de valores definido pelos homens»⁵⁰. Temos, por isso, de entrar em linha de conta com o facto das nossas fontes terem sido produzidas por homens ou mulheres, sobretudo quando tratam de questões relacionadas com as relações de género. Uma fonte de 1940, comentando o início dos anos 30, pode servir de exemplo: «Só tendo visto os primeiros bancos dos ajuntamentos de massas. Eram ocupados por mulheres e raparigas de determinada faixa etária, em todas as cidades. Era necessário ter olhado abaixo do *podium* e reparado no olhar da audiência feminina, brilhando de êxtase, húmido e enovado para não duvidar das características desse entusiasmo», ou «a devoção dedicada das mulheres a Hitler chegava ao nível do extase pseudo-religioso». Esta fonte tem sido frequentemente utilizada para descrever a mentalidade feminina neste período. Mas, ela constitui antes uma fonte para o conhecimento da mentalidade masculina, ou mais especificamente, da de um homem, o autor⁵¹. Analisando criticamente não só a história em geral, mas, e sobretudo, as fontes, a história das mulheres e do género deviam seguir um princípio ensinado nas escolas alemãs durante as aulas de latim: «Auf das Geschlecht hab ja recht acht, damit du keinen Fehler machst» («Atende sempre ao género para não cometer erros»).

D. *Relações de género e outras relações sócio-culturais*

Considerar as relações de género como relações sócio-culturais permite-nos apreender as ligações entre o género e as inúmeras outras relações sócio-culturais sob uma nova perspectiva, como por exemplo, para além da classe, a idade, sexualidade, raça, cultura, língua, liberdade, religião, família ou economia. Tal como no debate «classe vs. género», esboçou-se uma espécie de competição entre o género e outras dimensões, e procura-se menos a interacção das diversas relações do que qual a dimensão «mais básica», «mais verdadeira» ou

«mais importante». No sétimo mandamento de Stone, por exemplo: «Não exagerar a importância do género no passado, sobre a do poder, *status* e riqueza, mesmo se todas as mulheres experimentarem o mesmo destino biológico»⁵². No entanto, a asserção de que (aparentemente) os factores neutros do ponto de vista do género são mais importantes do que os baseados no género (os «biológicos», segundo Stone) não entra em consideração com o facto de cada um desses factores ter historicamente um significado diferenciado para os homens e as mulheres: para as mulheres individualmente, como grupo ou como sexo. Torna-se óbvio, nomeadamente, nos casos do «poder» e da «riqueza». No caso do «poder» é óbvio, talvez não tanto por causa dos homens terem mais poder do que as mulheres mas antes pelo facto dos homens terem poder sobre as mulheres. É provavelmente mais importante que, sob a aparência das clivagens formais de poder entre os sexos, as mulheres tenham formas próprias de exercício do poder, geralmente mais informais. Poder — ou melhor, parafraseando os historiadores franceses «poderes» — de natureza diversa, tal como a participação no poder masculino, poder face a outras mulheres, assunção como mulher. Os estudos sobre história das mulheres contribuíram assim para a compreensão do fenómeno do «poder» como altamente diferenciado⁵³. As dimensões específicas do género são muito evidentes no caso da «riqueza». As mulheres como grupo social, tiveram sempre um rendimento inferior ao do homem nomeadamente — pelo menos nos séculos XIX e XX — sob três aspectos: como trabalhadoras domésticas não auferiram de qualquer rendimento, como trabalhadoras da classe baixa ou média obtiveram rendimentos menores que os homens da mesma classe social e no escalão dos altos rendimentos representaram apenas uma proporção reduzida, (constituem actualmente, por exemplo, apenas 4% dos professores de história das universidades da Alemanha Federal). As mulheres pertencem tradicionalmente em maior número que os homens ao grupo dos pobres, e se a pobreza pode ser o resultado da pertença a uma classe, também pode ser fruto do género ou da raça⁵⁴.

Temos, no entanto, que ultrapassar a constatação de que cada relação social assume significados distintos para os homens e para as mulheres: todas as só aparentemente neutras relações de género entre os seres humanos estão também condicionadas pelas relações de género, e estas últimas são elemento constitutivo das primeiras. A história da religião, desde os antigos deuses até aos do século XX, é sob muitos pontos de vista incompreensível se analisada como neutra do ponto de vista do género. O mesmo acontece em relação às minorias étnicas que constitui, de resto, um tema largamente tratado

pelos estudos femininos nos Estados Unidos. Também na Alemanha, recentemente, surgiram trabalhos sobre história das mulheres judias, ciganas e outras igualmente atingidas pela discriminação racial. Estas mulheres não só diferem da maioria, mas também dos homens nos respectivos grupos minoritários⁵⁵. O discurso racista é obsessivo no que respeita ao sexo e à sexualidade e contém uma característica mistura de sexualidade, sangue e violência: os contemporâneos diagnosticaram com precisão o anti-judaísmo nacional-socialista como sendo «anti-semitismo sexista». Os historiadores do racismo europeu e alemão — mais precisamente os homens que foram as suas vítimas — demonstraram que do ponto de vista racista mundial, um «ariano» ou um «nórdico» era um «ocidental do sexo masculino». O racismo não pode, portanto, ser compreendido à margem das suas dimensões do género que são um dos seus factores constitutivos⁵⁶. E, se ao invés, a análise das relações de género ou do sexismo integrar uma análise das relações raciais ou do racismo, chegaremos, provavelmente, a novas e inesperadas conclusões. Uma delas é a ideia de que a política específica do Nacional Socialismo em relação às mulheres não consistiu — como é genericamente aceite — num «natalismo e culto da maternidade» mas sim um anti-natalismo, culto da paternidade e virilidade e — enquanto elemento constitutivo da «luta racial» nacional socialista — numa exterminação de massas que atingiu também as mulheres.

Sintetizando: a história não é apenas a da experiência masculina, mas também a da feminina. Não pode ser apenas escrita na perspectiva do homem, ou numa perspectiva aparentemente alheia aos sexos, mas também numa perspectiva feminina e sexista. Nas palavras de um historiador setecentista antes mencionado: de acordo com «o estado dos seus corpos, das suas almas, e das suas Pessoas no seu todo». Não sugiro que apenas se inverta o postulado, acima descrito, de que as outras relações humanas são mais importantes que as relações dos sexos, estabelecendo a pretensão oposta de que o género é mais importante do que tudo o mais — apesar de, só pelo facto desta inversão, se nos abrirem os sentidos para muitas descobertas históricas. Em vez disto, sugeriria que as outras relações de sexo são tão importantes como quaisquer outras relações humanas, contribuindo para, e actuando sobre todas as outras relações humanas. E, correspondentemente todas as relações humanas contribuem e actuam sobre as relações de sexo. A exclusão das «grandes questões» da história⁵⁸ constitui um obstáculo a «grandes» perspectivas. Insistir em que outras relações são mais importantes que as relações de sexo é ideológico, historicamente não produtivo, fazendo lembrar a situação de Cassandra, a filha do rei, na nar-

rativa de Christa Wolf⁵⁹. Sonhava ter de julgar a questão se a lua ou o sol «podiam brilhar mais». Uma mulher humilde e sensata ensinou-lhe que essa era a tentativa mal disfarçada de «tentar encontrar resposta para uma pergunta completamente absurda». Quando Cassandra compreendeu finalmente «que tinha o direito e talvez mesmo o dever de rejeitar tal questão», esta perspectiva tornou-se num passo libertador no seu esforço para compreender a história.

NOTAS

¹ Anne Firor Scott, «Woman's Place is in the History Books» (1979), repr. in: id., *Making the Invisible Woman Visible*, Urbana/Chicago (University of Illinois Press) 1984, p. 361-70. Anteriores exposições da investigação histórica acerca das mulheres apareceram em: *Frauen suchen ihre Geschichte. Historische Studien Zum 19. und 20. Jahrhundert*, ed. von Karin Hausen, München (Beck) 1983, p. 22-60 (Gisela Bock, «Historische Frauenforschung: Fragestellungen un perspektiven»).

² Eduard Fueter, *Geschichte der neueren Historiographie* (1911) München/Berlin 1925, p. 6 s.

³ Kathryn Kish Sklar, «American Female Historians in Context, 1770-1930», in: *Feminist Studies* 3/1-2 (1975), p. 171-84; Natalie Z. Davis, «Gender and Genre: Women as Historical Writers, 1400-1820», in: Patricia H. Labalme (ed.) *Beyond Their Sex: Learned Women of the European Past*, New York/London, New York University Press 1980, pp. 153-82; Bonnie G. Smith, «The Contribution of Women to Modern Historiography in Great Britain, France, and the United States, 1750-1940», in: *American Historical Review* 89/3 (1984), pp. 709-32; id., «Seeing. Mary Beard», in: *Feminist Studies* 10/3 (1984), pp. 399-416; Joan Thirsk, «Foreword», in: Mary Prior (ed.), *Women in English Society 1500-1800*. London / New York, Methuen 1985, pp. 1-21.

⁴ Cit. in: Smith, «Contribution» (nota. 3), P. 716.

⁵ Comunicação de Ann-Sofie Ohlander (Uppsala): A primeira dissertação histórica de uma mulher na Alemanha: Anna Gebser, *Die Bedeutung der Kaiserin Kunigunde für die Regierung Heinrichs II.*, Berlin 1897; cf. Johanna Heineken, *Die Anfänge der sächsischen Fraueuklöster*, Diss. phil, Göttingen, 1909. Na Alemanha, apenas se tem visto a ausência e, nunca a presença de mulheres na historiografia, Hans-Jürgen Puhle, «Warum gibt es so wenige Historikerinnen?», in *Geschichte und Gesellschaft* 7/3-4 (1981), p. 364-93.

⁶ Cf. Marilyn Hoder-Salmon, «Collecting Scholars' Wives», in: *Feminist Studies* 4/3 (1978), p. 107-14; Gisela Bock, *Scholars' Wives, Textile Workers and Female Scholars' Work: Historical Perspectives on Working Women's Lives*, Florença (Working Paper Nr. 86/231 do Instituto Universitário Europeu), 1986; também em Werner Maihofer (ed.) *Noi si mura*, em honra de Max Kohnstamm, Florença (Instituto Universitário Europeu) 1986, p.569-578.

⁷ Carl N. Degler, *Is There a History of Women?*, London, (Oxford University Press), 1975; Karen Hausen (ed.), *Frauen suchen ihre Geschichte V. supra*, nota 1; Michelle Perrot (ed.), *Une histoire des femmes est-elle possible?*, Paris, editions Rivages 1984, p. 8.

⁸ Jane Williamson, *New Feminist Scholarship: A Guide to Bibliographies*, Old Westbury, Feminist Press, 1979; Maureen Ritchee, *Women's Studies: a Checklist of Bibliographies*, London, Mansell, 1980; Hans Sveistrup/Agnes Zahn-Harnack, *Die Frauenfrage in Deutschland... 1790-1930: sachlich geordnete und erläuterte Quellenkunde* (1934) Munique, K.G. Saur 1984; Deutscher Akademikerinnenbund (ed.), *Die Frauenfrage in Deutschland: Bibliographie 1931-1980*, bearb. von Ilse Delvandahl, Munique, K.G. Saur 1982; Linda S. Frey/Marsha L. Frey/Joanne Schneider, *Women in Western European History: A Select Chronological, Geographical and Topical Bibliography from Antiquity to the French Revolution*, Brighton, Harvester, 1982; Sarah B. Pomeroy/Ross S. Kraemer/Natalie Kampen, «Selected Bibliography on Women in Classical Antiquity», in: John Peradotto/J. P. Sullivan (ed.), *Women in the Ancient World: The Arethusa Papers*, Albany, SUNY, 1984, p. 315-72; V.F. Gilbert/D.S. Tacla, *Women's Studies: A Bibliography of Dissertations 1870/1982*, Oxford, Blackwell, 1985; *Women's Studies Abstracts* 1 1972 ss.; *The Women's Review of Books*, 1983 ss.

⁹ *Quaderni Storici* 44 (1980): «Parto e maternità; momenti della biografia femminile»; *Schweizerische Zeitschrift für Geschichte* 34/3 (1984): «Frauen: Zur Geschichte weiblicher Arbeits- und Lebensbedingungen in der Schweiz» (ed. von Regina Wecker/Brigitte Schnegg).

¹⁰ Joan Kelly-Gadol, «The Social Relation of the Sexes: Methodological Implications of Women's History», in: *Signs* 1/4 (1976) p. 809-24, aqui p. 809; repr. in: id., *Women, History, and Theory*, Chicago/London, U. of Chicago Press 1984.

¹¹ Apesar disso, eis alguns contributos importantes de tipo metodológico e panorâmico: Natalie Z. Davis, «'Women's History' in Transition: The European Case», in: *Feminist Studies* 3/3-4 (1976), p. 83-103 (Übers. in: dies., *Frauen und Gesellschaft am Beginn der Neuzeit*, Berlin (Wagenbach) 1986); Sheila Ryan Johansson, «'Herstory' as History: A New Field or Another Fad?», in: Berenice A. Carroll (ed.), *Liberating Women's History*, Urbana U. of Chicago Press 1976, p. 400-30; Susan Carol Rogers, «Women's Place: A Critical Review Of Anthropological Theory», in: *Comparative Studies of Society and History* 20 (1978), p. 123-62; Lerner, 1979 (nota. 17); Barbara Sicherman et al., *Recent U.S. Scholarship on the History of Women. A Report presented at the XV International Congress of Historical Sciences* (American Historical Association), Bucarest, 1980; Michelle Perrot, «Sur l'histoire des femmes en France», in: *Revue du Nord* 63/250 (1981), p. 569-79; Jane Lewis, «Women Lost and Found: The Impact of Feminism on History», in: Dale Spender (ed.), *Men's Studies Modified: The Impact of Feminism on the Academic Disciplines*, Oxford Usw., Pergamon, 1981, p. 55-72; Elizabeth Fox-Genovese, «Placing Women's History in History», in: *New Left Review* 133 (1982); Olwen Hufton/Joan W. Scott, «Women in History», in: *Past & Present* 101 (1983), p. 125-57; Claudia Opitz, «Der 'andere Blick' der Frauen in der Geschichte», in: *Methoden in der Frauenforschung*, ed. von der Zentraleinrichtung zur Förderung von Frauenstudien und Frauenforschung an der FU Berlin, Frankfurt a.M. (G.R. Fischer) 1985, p. 76-93; *Memoria* 9 (1983): «Sulla storia delle donne»; *Nuova donnawomanfemme* 22 (1983); «Percorsi del femminismo e storia delle donne»; Maria Luisa Bertì, «La storia delle donne oggi», in: *Storia in Lombardia* 2 (1985), p. 125-42; Cécile Dauphin u.a., «Culture et pouvoir des femmes: essai d'historiographie», in: *Annales E.S.C.* 41/2 (1986), p. 271-93.

¹² Maité Albistur, *Catalogue des archives Marie-Louise Bouglé (Bibliothèque historique de la ville de Paris)*, ms. dact. Paris 1982, p. 2; como exemplo, cf. *Pénélope. Pour l'histoire des femmes* (1, 1979 ff.) 12 (1985): «Memoires des femmes»; *Pénélope* 13 (1985): «Vieillesse des femmes».

¹³ *Memoria: Rivista di storia delle donne* 2 (1981): «Piccole e grandi diversità»; cf. Paola Di Cori, introd. a *Memoria* 15, (1985): «Culture del femminismo». Para o papel da «semelhança», e da «diferença» na história das mulheres, cf. também Natalie Z. Davies, «Women's History as Women's Education», in: id./Joan W. Scott. *Women's History as Women's Education*, Northampton, Mass, Sophia Smith Collection and College Archives 1985, p. 7-17.

¹⁴ V., em síntese, Gisela Bock, «Frauenräume und Frauenehre: Frühneuzeitliche Armenfürsorge in Italien», in: *Journal für Geschichte* 2 (1985). p. 22-29; além de, sobretudo, Luisa Ciammitti, «Fanciulle monache madri. Povertà Femminile e Providenza a Bologna nei secoli XVI-XVII», in: *Arte e pietà I patrimoni culturali delle Opere Pie*, Bolonha 1980, p. 461-518; Sherill Cohen, «Convertite e malmartite: Donne 'irregolari' e ordini religiosi nella Firenze rinascimentale», in: *Memoria* 5 (1982), p. 46-63; Lucia Ferrante, «L'onore ritrovato. Donne nella Casa del Soccorso di San Paolo a Bologna», in: *Quaderni storici* 53 (1983), p. 499-527; Daniela Lombardi, «L'Ospedale dei Mendicanti nella Firenze del Seicento: Da inutile serraglio dei mendici a conservatorio e casa di forza per le donne», in: *Società e storia* 24 (1984) S. 290-311: id. *Provertà maschile, porvertà femminile: L'ospedale dei mendicanti nella Firenze medicea*, dissertação publicada no Instituto Universitário Europeu, Florença 1986.

¹⁵ Johann Martin Chladenius, *Einleitung zur richtigen Auslegung vernünftiger Reden und Schriften* (Leipzig 1742), reimp. Düsseldorf, 1969, p. 185, 187-189; id., *Allgemeine Geschichtswissenschaft, worinnen der Grund zu einer neuen Einsicht in allen Arten der Gelahrtheit geleyet wird*, Leipzig, 1975, p. 188 ss.; sobre o contexto Reinhart Koselleck, «'Geschichte' als moderner Leitbegriff», in: Otto Brunner/Werner Conze/Reinhart Koselleck (ed.), *Geschichtliche Grundbegriffe*, 2. Vol., Estugarda, Klett) 1975, p. 696 ss.; para uma concepção perspectivista da historiografia no renascimento italiano Gisela Bock, «Machiavelli als Geschichtsschreiber», in: *Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Bibliotheken* 66 (1986), p. 153-191.

¹⁶ John G.A. Pocock, «The Origins of Study of the Past: A Comparative Approach», in: *Comparative Studies of Society and History* 4 (1961). p. 209-46, hier p. 211-13, 244; o seguinte: *ibid.*, p. 245, 213.

¹⁷ Gerda Lerner, *The Majority Finds Its Past. Placing Women in History*, New York/Oxford, Oxford UP, 1979.

¹⁸ *Geschichtliche Grundbegriffe* (v. nota. 15); Joaquim Ritter (ed.), *Historisches Waarterbuch der Philosophie*, III. Vol., Darmstadt (Wissenschaftliche Buchgesellschaft) 1974, p. 443.

¹⁹ Sobre isto, v.g., Carol MacCormack/Marilyn Strathern (ed.), *Nature, Culture and Gender*, Cambridge, Cambridge, UP, 1980; Rogers, «Women's Place» v. *supra*, nota 11); Sherry B. Ortner/Harriet Whitehead (ed.) *Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality*, Cambridge, Mass. Cambridge UP 1981; Martine Segalen, *Mari et femme dans la société paysanne*, Paris (Flammarion) 1980; Rayna Rapp, «Anthropology», in: *Signs* 4/3 (1979), p. 497-513; Louise Lamphere/Michelle Z. Rosaldo (ed.) *Woman, Culture and Society*, Stanford Stanford, UP, 1974; Nicole Claude Mathieu, *Ignored by Some, Denied by Others: The Social Sex Category in Sociology*, London Women's Research and Resources Centre 1978.

²⁰ Davis, «Women's History» (v. *supra*, nota 11), p. 90.

²¹ «Percorsi» (v. *supra*, nota 11), 12, 43, 131; Jane Flax, «Gender as a Social Problem: in and for Feminist Theory», in: *American Studies/Amerikastudien* (Dec. 1986).

²² Klaus Heinrich, *tertium datur. Eine religionsphilosophische Einführung in die Logik (Dahlemer Vorlesungen, Vol. 1)*, Basel/Frankfurt a.M. Stroemfeld/Roter Stern 1981, p. 36 ss., 195.

²³ De que modo é isto difícil de entender mostra, v.g., o ensino na R.F.A., em que a Educação Sexual é ensinada na disciplina de «Biologia»; do mesmo modo, in: *Homo* 8 (1957), p. 1-26.

²⁴ Mireille Laget. *Naissances: L'accouchement avant l'âge de la clinique*, Paris Seuil, 1982.

²⁵ Para crítica do ponto de vista filosófico, cf. Flax (s. nota. 21); «Gender in not biology: but biology is not 'natural' either». Do ponto de vista científico: Anne Fausto-Sterling, *Myths of Gender. Biological Theories about Women and Men*, New York, Basic Books, 1986; *Genes and Gender*, Vol. I, ed. Von Ethel Tobach/Betty Rosoff; vol. II, ed. von Ruth Hubbard/Marian Lowe, New York, Gordian Press, 1978, 1979; Ruth Hubbard/Mary Sue Hanifin/Barbara Fried (ed.), *Women Look at Biology Looking at Women*, Cambridge, Schenkman, 1979; Steven Rose/Leon J. Kamin/R.C. Lewontin, *Not in Our Genes: Biology, Ideology and Human Nature*, Harmondsworth, Penguin, 1984; Marian Lowe/Ruth Hubbard (ed.), *Women's Nature. Rationalizations of Inequality*, New York, Pergamon, 1983.

²⁶ Jean-Jacques Rousseau, *Émile ou De l'éducation*, em: id. *Oeuvres complètes*, III, Paris, Seuil, 1971, p. 245. Para as complexas e mutáveis visões dos sexos e das suas relações em Rousseau, cf. Jean Bethke Elshtain, *Public Man, Private Woman: Women in Social and Political Thought*, Princeton, Princeton UP, 1981, Cap. 4; id. *Meditations on Modern Political Thought: Masculine/Feminine Themes from Luther to Arendt*, New York, Praeger, 1986, Cap. 4; Maurice Ploch/Jean H. Bloch, «Women and the Dialectics of Nature in 18th Century French Thought», in: MacCormack/Strathern (v. *supra* nota 19) p. 25-41; Joel Schwartz, *The Sexual Politics of Jean-Jacques Rousseau*, Chicago/London, U. Of. Chicago Press, 1984; Sylvania Tomaselli. «The Enlightenment Debate on Women», in *History Workshop* 20 (1985), p. 101-24.

²⁷ Helen H. Lambert, «Biology and Equality», in: *Signs* 4/1 (1978), p. 97-117, aqui p. 115 s.

²⁸ Rapp (v. *supra* nota 19) p. 503.

²⁹ Cf. Gisela Bock, *Zwangssterilisation im Nationalsozialismus: Studien zur Rassenpolitik und Frauenpolitik*, Opladen, Westdeutscher Verlag, 1986, sobretudo pp. 16, 370.

³⁰ Os contributos sobre história das mulheres estão editados em: *Journal für Geschichte* 2 (1985) (v., sobre isto, notas 14 e 55); os de história da «biologia», em: *Saeculum* 36/1 (1985). Sobre a história de relações de amizade e de amor das mulheres, v. *infra* nota 36.

³¹ Citado por: Gayle Rubin, «The Traffic in Women», in: Rayna R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York/London (Monthly Review Press) 1975, p. 157-210; Shulamith Firestone, *The Dialectic of Sex. The Case For Feminist Revolution*, Toronto/New York, Bantam, 1970. Para uma crítica, cf. Flax (s. nota, 21).

³² Yvonne Knibiehler, «Chronologie et histoire des femmes», in: *Histoire des femmes* (nota 7) p. 50-57, aqui p. 55.

³³ Citações em: Elisabeth Young-Bruehl, *Hannah Arendt: For Love of the World*, New Haven/London, Yale UP, 1982, p. 513.

³⁴ Cf., v.g. Laget (Nota 24); «Parto e Maternità» (Nota 9); Catherine Galagner/Thomas Laqueur (ed.), *The Making of the Modern Body: Sexuality and the Social Body in the 19th Century*, número especial de *Representations* 14 (1986); Yvonne Knibiehler/Catherine Fouquet, *L'histoire des mères du moyen-âge à nos jours*, Paris Montalba, 1980; Catherine M. Scholten, *Childbearing in American Society, 1650-1850*, Ann Arbor, U. of Michigan Press, 1985; Claudia Pancino, *Il bambino e l'acqua sporca: Storia dell'assistenza al parto dalle mammane alle*

ostetriche (secoli XVI-XIX), Milano, Angeli, 1984; Fanny Say-Sallois, *Les nourrices à Paris au XIXe siècle*, Paris, Payot, 1980; Christiane Klapisch-Zuber, «Parents de sang, parents de lait; la mise en nourrice à Florence (1300-1530)», in: *Annales de Démographie Historique*, Paris, Ed. de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1983, p. 33-64; Antoinette Fauve-Chamoux, «La femme devant l'allaitement», in: id., p. 7-23; Volker Hunecke, *Die Findelkinder von Mailand... vom 17. zum 19. Jahrhundert*, Estugarda, Klett-Cotta, 1987; Bock (s. nota. 29), bes. cap. VII; Judith R. Walkowitz, *Prostitution and Victorian Society: Women, Class, and the State*, Cambridge, Cambridge UP, 1980; Leah Hydia Otis, *Prostitution in Medieval Society: The History of an Urban Institution in Languedoc*, Chicago/London, U. of Chicago Press, 1985; Annarita Buttafuoco, *Le Mariuccine, Storia di un' istituzione laica — l'Asilo Mariuccia*, Milano, Angeli, 1985.

³⁵ Michelle Z. Rosaldo, «The Use and Abuse of Anthropology», in: *Signs* 5/3 (1980), p. 389-417, aqui p. 409; considerações análogas em v.g. Perrot, «L'histoire des femmes» (s. nota. 11), p. 574.

³⁶ Cf. v.g. Carroll Smith-Rosenberg, *Disorderly Conduct: Visions of Gender in Victorian America*, New York, Knopf, 1985; Lillian Faderman, *Surpassing the Love of Men: Romantic friendship and Love Between Women from the Renaissance to the Present*, London, Women's Press, 1985; Blanche W. Cook, *Female Support Networks and Political Activism*, New York, Out and Out, 1979; Leila J. Rupp, «'Imagine my Surprise': Women's Relationships in Historical Perspective», in *Frontiers. A Journal of Women Studies* 5/3 (1980). p. 61-70; número especial de *Signs* 9/4 (1984): «The Lesbian Issue»; Ellen Dubois et al., «Politics and Culture in Women's History», in: *Feminist Studies* 6/1 (1980), p. 26-64; Segalen, Laget, Pancino (s. nota. 19, 24, 34); Karin Walser, *Dienstmädchen: Frauenarbeit und Weiblichkeitsbilder um 1900*, Frankfurt a.M. (Extrabuch) 1985; Patricia R. Hill, *The World Their Household: The American Women's Foreign Mission Movement*. Ann Arbor, U. Of Michigan Press, 1985; Yvonne Verdier, *Façons de dire, façons de faire: La laveuse, la couturière, la cuisinière*, Paris, Gallimard, 1979.

³⁷ Apesar disso, no índice temático só aparece a palavra «Women», não «Men», ou seja os homens valem como o «geral», as mulheres como o especial: Lawrence Stone, *The Family, Sex and Marriage in England 1500-1800* (1977), Harmondsworth, Penguin, 1979, p. 447, seguinte: id. «Only Women», in: *The New York Review of Books* 32/6 (1985).

³⁸ Cf. v.g. Max Jähns, *Geschichte des Kriegswesens von der Urzeit bis zur Renaissance*, Leipzig 1880; Willibald Block, *Die Condottieri: Studien über die sogenannten «unblutigen Schlachten»*, Berlin, Ebering, 1913; Michael Howard, *Der Krieg in der europäischen Geschichte. Vom Ritterheer zur Atomstreitmacht*, Munique, Beck, 1981; opiniões diferentes v.g. Elshtain, *Meditations* (v. nota 26) cap. 8 («War and Political Discourse»).

³⁹ Sandra M. Gilbert, «Soldier's Heart: Literary Men, Literary Women, and the Great War», in *Signs* 8/3 (1983), p. 422-450; Lela B. Costin, «Feminism, Pacifism, Internationalism and the 1915 International Congress of Women», in: *Women's Studies International Forum* 5/3-4 (1982), p. 301-15; Anne Wiltsher, *Most Dangerous Women: Feminist Peace Campaigners of the Great War*, Henley-on-Thames, Pandora, 1985; Carol R. Berkin/Clara M. Lovetta (ed.), *Women, War and Revolution*, New York/London, Holmes & Meier, 1980; Françoise Thebaud, *La femme au temps de la guerre de 14*, Paris, Stock, 1986; Gisela Bock, «'Keine Arbeit in diesem Sinne': Prostituierte im Nazi-Staat», in: Pieke Biermann (ed.), *Wir sind Frauen wie andere auch*, Reinbek (Rowohlt) 1980, p. 70-106.

⁴⁰ Assim, por exemplo, no caso do dever dos homens em pensões de alimentos e no, de há muito combatido pelos movimentos de mulheres, dever de cuidado das mulheres pelos filhos: Eugene R. August, *Men's Studies: A Selected*

and Annotated. Interdisciplinary Bibliography, Littleton, Colorado, Libraries Unlimited, 1985, p. 38-42 («Men's Rights»), 49-56 («War and Peace»), 74-84 («Women and Men»), 85-104 («Masculinity»), 134-49 («Expectant Fathers»). Cf. Alain Corbin, «Le 'sexe en deuil' et l'histoire des femmes au XIXe siècle», in: *Histoire des femmes* (nota. 7), p. 141-54; Jacques Gélis, «Et si l'amour paternel existait aussi!», in: *L'Histoire* 31 (1981), p. 96-98; Lorna Mckee/Margaret O'Brien (ed.) *The Father Figure*, London/New York, Tavistock 1982; Daniel Roche, «L'amour paternel à Paris au XVIIIe siècle», in: *Annales de Démographie Historique* (v. nota 34), p. 73-80; Jochen Martin, «Zur Stellung des vaters in antiken Gesellschaften», in: Hans Süssmuth (ed.), *Historische Anthropologie*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1984, p. 84 ss.

⁴¹ V.g. Susan Moller Okin, *Women Western Political Thought*, Princeton, Princeton UP, 1979; Elsntain, Public Man, *Private Woman and Meditations* (nota 26); o mesmo (ed.), *The Family in Political Thought*, Brighton, Harvester, 1982; Raoul Mortley, *Womanhood: The Feminine in Ancient Hellenism, Gnosticism, Christianity, and Islam*, Sydney, Delacroix, 1981; Nicole Loraux, *Les enfants d'Athéna: idées athéniennes sur la citoyenneté et la division des sexes*. Paris (Maspero) 1981; Madeleine Jeay, «Albert, le Grand entre Aristote et Freud, La femme est-elle un acte manqué?», in: Maurice Olender (ed.), *Le racisme. Mythes et sciences*, Paris, Ed. Complexe, 1981; Ian Maclean, *The Renaissance Notion of Woman: A Study in the Fortunes of Scholasticism and Medical Science in European Intellectual Life*, Cambridge, Cambridge UP, 1980; Arlene W. Saxonhouse, *Women in the History of Political Thought: Ancient Greece to Machiavelli*, Westport, Praeger, 1985; Hanna F. Pitkin, *Fortune is a Woman. Gender and Politics in the Thought of Niccolò Machiavelli*, Berkeley, California UP, 1984; Heidemarie Bennent, «Galanterie und Verachtung». *Eine philosophieggeschichtliche Untersuchung zur Stellung der Frau in Gesellschaft und Kultur*, Frankfurt/New York, Campus, 1985; Susan Bordo, «The Cartesian Masculinization of Thought». In: *Signs* 11/3 (1986), p. 439-456; Thérèse Moreau, *Le sang de l'histoire, Michelet, l'histoire et l'idée de la femme au XIXe siècle*, Paris, Flammarion, 1982; Linda y. Nicholson, *Gender and History. The Limits of Social Theory in the Age of the Family*, New York, Columbia UP, 1986, Sobre o pensamento das ciências naturais cf. nota 25, e L. J. Jordanova, «Natural facts: a historical perspective on science and sexuality», in: MacCormack/Strathern (v. nota. 19), pp. 42-69; Louise Michele Newman (ed.), *Men's Ideas/Women's Realities: Popular Science, 1879-1915*, New York, Pergamon, 1985.

⁴² Assim, a filosofia dos sexos, v.g., de Rousseau foi recebida em parte entusiasticamente, em parte criticamente (cf. nota 26). Arlette Farge, «Pratique et effets de l'histoire des femmes», in: *Histoire des femmes* (nota 7), pp. 17-35, aqui p. 30 s.

⁴³ Elsntain, *Meditations* (v. nota 26). p. 11 ss.; Hannah Arendt, *The Human Condition*, Chicago, U. of Chicago Press, 1958, pp. 7 ss. (Übers.: *Vita activa*, Munique/Zurique, Piper 1967, pp. 15 ss., 318); Carol Gilligan, *In a different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, Harvard UP, 1982. V., v.g., os acesos debates sobre os sexos e as suas relações na primeira época moderna, nos quais tomam parte muitos autores femininos: Conor Fahy, «Three Early Renaissance Treatises on Women», in: *Italian Studies* 11 (1956). pp. 30-55; Ian Maclean, *Woman Triumphant. Feminism in French Literature 1610-1652*. Oxford, Clarendon, 1977; Katherine U. Henderson/Barbara F. McManus. *Half Humankind. Contexts and Texts of the Controversy about Women in England, 1540-1650*, Urbana/Chicago, U. of Illinois Press, 1985. Cf. também Labalme (ver nota 3); J.R. Brinks (ed.). *Female Scholars: A Tradition of Learned Women before 1800*, Canada, Eden Press, 1980; Dale Spender, *Women of Ideas (and What Men Have Done to Them)*. London, Routledge & Kegan Paul, 1982.

⁴⁴ Cf. Jürgen Kocka, *Sozialgeschichte*, überarbeitete Neuausgabe, Göttingen (Vandenhoeck & Ruprecht) 1986, pp. 139-41 (1. Auflage: 1977, pp. 70, 92).

⁴⁵ O mesmo «Frauengeschichte zwischen Wissenschaft und Ideologie». in: *Geschichtsdidaktik 7/1* (1981), ps. 99-104, aqui pp. 104.

⁴⁶ Por isso, as mulheres não constituem qualquer factor determinante na análise de classes; cf. v.g. Hans-Ulrich Wehler (ed.), *Klassen in der europäischen Sozialgeschichte*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1979.

⁴⁷ Um panorama da literatura recente sobre a história do trabalho doméstico (v. nota 6).

⁴⁸ Leonore Davidoff/Catherine Hall, *Family Fortunes: Men and Women of the English Middle Class, 1780-1850*, London, Hutchinson Educ., 1986; Bonnie G. Smith, *Ladies of the Leisure Class. The Bourgeoises of Northern France in the 19th Century*, Princeton, Princeton UP, 1981; Ruth Koeppen, *Die Armut ist weiblich*, Berlin, Elefant Press, 1985. Judith L. Newton/Mary P. Ryan/Judith R. Walkowitz (ed.), *Sex and Class in Women's History*. Londres /Boston, Routledge, 1983.

⁴⁹ Gisbert Bäcker-Ranke, *Ranke's Ehefrau Clarissa geb. Graves-Perceval*. Historisch-politische Hefte der Ranke-gesellschaft, H. 2), Göttingen, 1967.

⁵⁰ Gerda Lerner, *The Female Experience. An American Documentary*, Indianapolis, Indiana UP, 1977, p. XXI; cf. «Percorsi» (v. nota 11), p. 103-27: «Riscoprire fonti e strumenti», Importantes dados sobre fontes (Cf. também nota 8) em: Margaret Barrow, *Women 1870-1928: A Select Guide to Printed and Archival Sources in the U.K.*, Londres, Mansell, 1981; Jeffrey Weeks, «A Survey of Primary Sources and Archives for the History of Early 20th Century English Women», in: Barbara Kanner (ed.), *The Women of England From Anglo-Saxon Times to the Present. Interpretative Bibliographic Essays*, Londres, Mansell, 1980, p. 388-418; Karin Schatzberg, *Frauenarchive und Frauenbibliotheken*, Göttingen, Herodot, 1985. Edições de fontes: v.g. Erna O. Hellerstein/Leslie P. Hume/Karen M. Offen (ed.), *Victorian Women. A Documentary Account of Women's Lives in 19th Century England, France, and the United States*, Stanford, Stanford UP, 1981; Susan Groag Bell/Karen M. Offen (ed.), *Women, the Family and Freedom. The Debate in Documents*. Vol. I: 1750-1880, vol. II: 1880-1950. Stanford, Stanford UP, 1983; Duane R. Bogenschneider (ed.), *The Gerritson Collection of Women's History, 1543-1945: A Bibliographic Guide to the Microform Collection*, 3 vols., Stanford, N.C. (Microfilming Corporation of America), 1983.

⁵¹ Hermann Rauschning *Gespräche mit Hitler*, Zurich, Europa Verlag, 1940, p. 240-42. O facto de estas «conversas» com Hitler serem em grande parte inventadas não diminui o valor da proposição — nomeadamente como fonte sobre o próprio autor: para a crítica, cf. Eva Sternheim-Peters, «Brunst, Ekstase, Orgasmus: Männerphantasien zum Thema 'Hitler und die Frauen'», in: *Psychologie heute* 8/7 (1981), p. 36-41.

⁵² Stone, «Only Women» (v. nota 37); do mesmo modo Puhle, «Historikerinnen» v. nota 388, que, contudo modificou a sua concepção: «Frauengeschichte und Gesellschaftsgeschichte», in: Herta Nagl-Docekal/Franz Wimmer (ed.) *Neue Ansätze in der Geschichtswissenschaft*, Wien (VWGO) 1984, 133-36, aqui p. 135.

⁵³ Michelle Perrot, «Les femmes, le pouvoir, l'histoire», in: *Histoire des femmes* (nota 7), 205-222; Dauphin et al., «Culture et pouvoir» (nota 11), 282 ss.; Cf. v.g. Ruth Bordin. *Woman and Temperance. The Quest for Power and Liberty, 1873-1900*, Philadelphia, Temple UP, 1981; Susan Carol Rogers, «Female Forms of Power and The Myth of Male Dominance», in: *American Ethnologist* 2/4 (1975), p. 727-56.

⁵⁴ Mais tarde, v.g., no caso dos Judeus a partir de 1933. Cf. v.g. Köppen e Backer-Ranke (Nota 48 e 49); Wolfram Fischer. *Armut in der Geschichte*, Göt-

tingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1982, p. 23ss., 68ss., 76ss., 82s., 97; Pat Thane, *The Foundations of the Welfare State*, Londres Nova Iorque, Longman, 1982; Hilda Scott, *Working Your Way to the Bottom; The Feminization of Poverty*, Londres. Pandora, 1984; Lombardi, *Povert  maschile, povert  femminile* (nota 14); «Women and Poverty», número especial de: *Signs* 10/2 (1984).

⁵⁵ Erika Simon, *Die G tter der Griechen*, Munique, Hirmer, 1985 (3. Auflage); Cf. v. ainda a bibliografia de Pomeroy citado na nota 8; Barbara Welter, «The Feminization of American Religion, 1800-1860», in: William O'Neill (ed.), *Problems and Issues in American Social History*, Minneapolis 1974; Ann Douglas, *The Feminization of American Culture*. Nova Iorque, Knopf, 1977; Doris Kaufmann, «Vom vaterland zum Mutterland: Frauen im katholischen Milieu der Weimarer Republik», in: *Frauen suchen ihre Geschichte* (v. nota 1), p. 250-75; dies., «Die Ehre des Vaterlandes und die Ehre der Frauen...: Der Deutsch-Evangelische Frauenbund im Übergang vom Kaiserreich zur Weimarer Republik». in: *Evangelische Theologie* 46/3 (1986). p. 277-92; Rosemary R. Ruether/Rosemary S. Keller (ed.), *Women and Religion in America*, S. Francisco, Harper & Row, 1981; Marion Kaplan, «The Acculturation, Assimilation and Integration of Jews in Imperial Germany: A Gender Analysis», in: *Year Book of the Leo Baeck Institute*. p. 27 (1982). p. 3-35; id. *The Jewish Feminist Movement in Germany. The Campaigns of the J discher Fraubund, 1904-1938*. Westport, Greenwood, 1979 (trad. alem : 1981); Monika Richarz. «Vom Kramladen an die universität. J disch B rgerfamilien des sp ten 19. Jahrhunderts», in: *Journal f r Geschichte* 2 (1985), p. 42-49; Joyce A. Ladner, «Racism and Tradition: Black Womanhood in Historical Perspective», in: *Liberating Women's History* (V. nota 11), p. 179-93; Katharina Oguntoye/May Opitz/Dagmar Schultz (ed.), *Farbe bekennen: Afro-deutsche Frauen. Auf den Spuren Ihrer Geschichte*, Berlim, Orlanda, 1986; Maxime S. Seller (ed.), *Immigrant Women*, Filadelfia, Temple UP, 1981.

⁵⁶ George L. Mosse, *Rassismus*, Königstein, Athenäum, 1978, p. 96, 103; Leon Poliakov, *Der arische Mythos*, Viena, Europaverlag, 1977, p. 317; Comité des Delegations Juives. *Die Lage der Juden in Deutschland 1933*, Paris 1934, reimpr. Frankfurt a.M., Ullstein, 1983, p. 468.

⁵⁷ Cf. Bock, *Zwangssterilisation* (v. nota 29), p. 17s., 136, 299s., 461-465; Id., *Die «Anderen» und die «Gleichen»: Geschlechterbeziehungen im nationalsozialistischen Rassismus*, ora o de sapi ncia na Universidade de Berlim, Januar 1987. Cf. Eberhard Jackel, «Die elende Praxis der Untersteller, in: *Die Zeit*, 12. Set. 1986: «... que o assassin o nazi dos judeus era único na medida que nunca antes um Estado o tinha decretado e levado a cabo, sob a autoridade do seu chefe responsável, o assassin o de um certo grupo humano, includidos os velhos, as mulheres, as crianças e recém-nascidos, sendo que esta decisão só podia ser levada   prática com os meios de poder do Estado».

⁵⁸ Jürgen Kocka define as «grandes questões» como a «forma o do Estado — e das classes, as religiões e igrejas, a industrializa o, o capitalismo, a Na o e a Revolu o, as causas de fundo e as consequências do Nacional Socialismo, a especificidade alemã em confronto internacional («Hitler sollte nicht durch Stalin und Pol Pot verdrangt werden», in: *Frankfurter Rundschau*, 23. Set. 1986).

⁵⁹ Christa Wolf, *Kassandra*, Darmstadt/Neuwled, Luchterhand, 1983, p. 100s.